



Gaia Trabalhador levou dinheiro para licenciar construção em Oliveira do Douro

# Pediu 3000 euros em troca de aval para obra



Funcionário municipal enganou Câmara de Gaia

Carla Sofia Luz  
carlaluz@jn.pt

► Um trabalhador da Câmara de Gaia exigiu 3000 euros para agilizar o processo de licenciamento de uma empreitada em Oliveira do Douro. A ilegalidade foi desmascarada por fiscais municipais, após a denúncia de um vizinho que alertou o Município para a realização de obras clandestinas. O caso já foi denunciado à Polícia Judiciária por suspeita de corrupção e o presidente da Autarquia, Eduardo Vítor Rodrigues, solicitou uma auditoria urgente aos procedimentos dos serviços do Urbanismo.

O funcionário em causa será conhecido por ser uma "pessoa que alegadamente resolve questões de urbanismo", como pode ler-se na informação do vice-presidente Patrocínio Azevedo, a submeter à análise do Executivo gaiense na reunião de amanhã. O trabalhador, que colabora nos serviços municí-

pais do Urbanismo embora não tenha competências na área do licenciamento, terá garantido que a obra de construção de águas-furtadas num edifício de Oliveira do Douro seria autorizada em troca do pagamento de mais de três mil euros. "Valor que não encontra equivalência no quadro das taxas municipais". Porém, os proprietários do imóvel teriam de fazer "um pagamento inicial de cerca de 1200 euros" sem direito a recibo. O dinheiro terá sido entregue.

Em troca, o trabalhador abriu o processo no Município de Gaia e entregou-lhes o aval prometido, aconselhando os proprietários a fa-

**Caso foi comunicado à PJ e presidente ordenou auditoria ao Urbanismo**

zerem as obras "com grande rapidez" durante o mês de agosto. Um conselho que visaria aproveitar as férias de verão e a menor presença de fiscais no Município.

## Auditoria aos serviços

A denúncia de um vizinho do imóvel em Oliveira do Douro deixou a nu a ilegalidade. Visitados por dois fiscais, os donos da casa em obras estavam convencidos de que a empreitada era legal e mostraram a autorização emitida pelo Município. Só que o aval, concedido a "obras de escassa relevância urbanística", não coincide com os trabalhos no terreno. O processo aberto nos serviços da Câmara pelo funcionário visava apenas a substituição da laje do teto e do telhado. Mas os proprietários do imóvel pretendiam ampliar a casa através da construção de um novo piso.

A Câmara de Gaia foi enganada por um trabalhador municipal que abriu um processo nos serviços do Urbanismo diferente da obra que, de facto, ia ocorrer no terreno. Entretanto, a empreitada em Oliveira do Douro foi embargada e o trabalhador em causa será suspenso preventivamente, até que se conclua o processo disciplinar. "por se entender que a sua presença é inconveniente aos serviços e ao apuramento dos factos", como é referido ainda na mesma informação, a que o JN teve acesso.

Na sequência desta informação, o presidente Eduardo Vítor Rodrigues ordenou, anteontem, que o caso fosse comunicado à Polícia Judiciária do Porto. Determinou, ainda, a abertura de um processo disciplinar ao funcionário suspeito de "recebimento de valores ilegalmente cobrados, de usurpação de funções e de utilização abusiva de poderes" e a realização de uma auditoria aos procedimentos dos serviços do Urbanismo, conduzidos pela Empresa Municipal Gaiurb.

"Os modelos da pequena fraude são muito subtis. Por isso, vamos fazer uma análise aos procedimentos nos serviços", alerta o autarca. O Executivo será informado desta situação na próxima reunião, que se realiza amanhã. ●